

Termo de Referência 33/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
33/2024	200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD	FILIPE MELO DE QUEIROZ	02/10/2024 14:14 (v 9.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		08200.000192 /2024-95

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço continuado de locação de veículos executivos blindados, camionetas blindadas (SUV), Executivos, caminhonetes, van executiva, micro-ônibus, sedans e outros veículos de apoio, em benefício das atividades de segurança de dignitários no âmbito da Polícia Federal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL ANUAL
1	Locação de veículos na Região Nordeste	4014	Serviço	1	R\$ 10.399.473,33
2	Locação de veículos na Região Sul	4014	Serviço	1	R\$ 5.203.164,66
3	Locação de veículos na Região Sudeste	4014	Serviço	1	R\$ 13.015.106,74
4	Locação de veículos nas Regiões Centro-Oeste e Norte	4014	Serviço	1	R\$ 12.182.222,96
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 40.799.967,69

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em Edital, por meios de especificações usuais no mercado. Ademais, a modalidade licitatória escolhida será o **pregão eletrônico**, em virtude da natureza do serviço e das vantagens desta modalidade, conforme justificado no Item 8, do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **1 (hum) ano** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. *O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista sua natureza e complexidade, que requer um período superior a um exercício financeiro para o atendimento regular da demanda. A atividade de segurança de autoridades, que já era exercida pela Polícia Federal, ganhou musculatura nos últimos anos e tem demandado a utilização regular de veículos, das mais diversas categorias. Ademais, frisa-se o trabalho exercido nos grandes eventos, em que a PF é demandada para prover a segurança pessoal das autoridades envolvidas. Diante do exposto, a vigência plurianual é mais vantajosa considerando o que fora apresentado no Estudo Técnico Preliminar.*

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. A proposta da empresa será remetida durante a fase de julgamento da proposta, juntamente com a Planilha de Custo e Formação de Preços conforme Modelo anexo ao processo (Anexo V). Destaca-se que os valores unitários da Planilha de Custo da Administração (Anexo IV) serão os valores máximos aceitáveis, nesse sentido, o licitante ofertará preço unitário menor ou igual ao estabelecido pela Administração.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.*

2.3 A contratação pretendida está incluída no PGC 2024 - Planejamento e Gerenciamento de Contratações 2024 desta Unidade Gestora (200334), apesar da recente criação da Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP), pelo Decreto Federal nº 11.759/2023, a demanda já foi extemporaneamente registrada no Sistema PGC, pelo DFD 05/2024 (34825626), o qual já se encontra com status de "vinculado à contratação".

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. **Manutenção Ambientalmente Consciente:** priorizar a redução do uso de produtos químicos nocivos ao meio ambiente, como solventes e óleos lubrificantes, e incentivem a utilização de produtos biodegradáveis e eco-friendly.

4.1.2 **Frota Ecoeficiente:** baixas emissões, como veículos híbridos ou com tecnologias de redução de emissões, contribuindo para a redução do impacto ambiental durante o uso dos veículos.

4.1.3 Logística Sustentável: Adotar práticas de logística sustentável na operação de locação de veículos, como a otimização das rotas de entrega e coleta dos veículos, o compartilhamento de veículos entre diferentes clientes e a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.

4.1.3.1 Monitoramento de Emissões: a contratada controlará o impacto ambiental ao longo do período de locação, permitindo a identificação de oportunidades de melhoria e a adoção de medidas corretivas quando necessário.

4.1.3.2 Compensação de Carbono: a empresa poderá promover ações de compensação das emissões de carbono geradas pela operação de locação de veículos através da realização de projetos de reflorestamento, conservação de áreas verdes ou investimentos em energias renováveis, contribuindo para a neutralização do impacto ambiental associado às atividades.

4.1.3.3 Certificações Ambientais: Priorizar-se-á a contratação de empresas de locação de veículos que possuam certificações ambientais reconhecidas, como a ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), garantindo o compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.

4.1.3.4 Educação Ambiental: a contratada promoverá ações de educação ambiental entre os colaboradores da empresa e os usuários dos veículos locados, visando sensibilizá-los para a importância da preservação ambiental e incentivá-los a adotar comportamentos mais sustentáveis no dia a dia.

Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Na presente contratação foram indicados, apenas como referência de qualidade, alguns modelos de veículos. Contudo, há outros modelos de veículos que também atendem aos requisitos técnicos estabelecidos.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo em epígrafe, a Administração não aceitará o fornecimento de veículos com as seguintes características:

4.3.1 Veículos com engate de reboque;

4.3.2. Veículos do tipo esportivo;

4.3.3. Taxi; e

4.3.4 Veículos com inscrições a título de propaganda ou identificação de qualquer natureza (exceto as vans e micro-ônibus quanto à identificação prevista na legislação de trânsito).

Subcontratação

4.4 A **subcontratação parcial de até 70% do objeto** licitado se mostra necessária e viável devido à natureza e abrangência do contrato, o qual envolve a prestação de serviços para a segurança de autoridades de alto escalão em nível nacional. A imprevisibilidade das agendas dessas autoridades, que frequentemente abrange todo o território nacional, nas capitais e interiores, exige uma solução flexível. Exigir que a empresa contratada tenha infraestrutura própria em todas as localidades seria economicamente e logisticamente inviável.

4.4.1 Exemplo Prático: Em um cenário onde a empresa vencedora da licitação está sediada em Recife-PE e precisa mobilizar recursos para atender a uma urgência no interior do Ceará em menos de seis horas, seria impossível deslocar veículos como caminhonetes blindadas 4x4 e executivos de forma eficiente. A subcontratação permite que esses recursos sejam acessados localmente, reduzindo custos e garantindo a agilidade necessária.

4.4.2 Vantagens da Subcontratação:

- **Custo-efetividade:** Evita gastos elevados com deslocamentos e manutenções de veículos em regiões distantes.
- **Flexibilidade:** Garante que a empresa atenda às demandas imprevisíveis de maneira eficiente e rápida.
- **Viabilidade econômica e logística:** A sublocação de veículos em municípios fora do alcance da empresa contratada torna a execução do contrato exequível e competitiva.

4.4.3 Limitações: Fica vedada a subcontratação no município onde se localize a sede ou filiais da empresa contratada, de modo a garantir que a subcontratação seja usada apenas onde efetivamente justificada.

4.4.3 Fundamentação Legal: A Lei nº 14.133/2021 não estipula um limite máximo para subcontratação, mas exige que os Estudos Técnicos Preliminares justifiquem a necessidade e a extensão da subcontratação. O Tribunal de Contas da União (TCU), conforme o Acórdão 6189/2019, permite subcontratações parciais, desde que autorizadas e justificadas nos processos licitatórios, vedando a subcontratação integral.

Garantia da contratação

4.5. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.*

4.6. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

4.7. *A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.*

4.8. *O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.*

Vistoria

4.9. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. *Início da execução do objeto: **5 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço;***

5.1.2. *Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:*

5.1.3 *Os serviços a serem prestados são de natureza continuada, por demanda. serão prestados em todas as 5 grandes regiões do país (27 Unidades Federativas), atendendo às agendas das diversas autoridades nacionais e estrangeiras sob a responsabilidade da Polícia Federal.*

5.1.4 ***A contratada deverá ter um preposto formalmente designado antes do início da prestação dos serviços.** Deverá ainda, durante a execução contratual, **indicar um representante constituído (preposto local)** para o atendimento das missões de segurança de autoridades nas capitais ou no interior de cada Estado, que deverá atuar de forma exclusiva junto ao servidor da Polícia Federal incumbido da função de Coordenador de Transporte Terrestre no local da missão. Ou seja, para cada local (capital ou interior) a empresa contratada indicará um representante local para dar suporte ao servidor da Polícia Federal encarregado da coordenação de transporte, passando para a Administração os dados de contato para possíveis intercorrências ou problemas envolvendo a locação dos veículos.*

5.1.5 *A exigência desse representante visa facilitar a comunicação com os responsáveis diretos, afastando a utilização de intermediários, o que agiliza a resolução de eventuais problemas. Ressalta-se que esse preposto não precisa ter vínculo de trabalho permanente com a empresa, mas precisa ter habilidade de comunicação e de resolução de problemas envolvendo a locação, por exemplo: providenciar trocas de veículos com problemas diversos, coordenar a entrega dos veículos locados nos locais previamente acordados, etc.*

5.1.6 *Os veículos que comporão a cápsula de segurança das autoridades deverão ser apresentados ao coordenador de transporte da PF para que, em conjunto com os policiais envolvidos na segurança aproximada, verifique se as características dos veículos solicitados estão de acordo com as cláusulas contratuais, bem como sua compatibilidade com as condições de trafegabilidade das vias por onde irão transitar em comboio.*

5.1.7 *Caso os veículos não atendam as especificações estabelecidas, o coordenador de transporte da PF comunicará o representante local (preposto local) da empresa para providenciar a substituição ou os ajustes necessários. Os carros*

solicitados ficarão sob a responsabilidade da Equipe de Segurança de Dignitários envolvida. Quando houver necessidade de pernoite em hotel, os veículos locados pernoitarão no mesmo local ou em outro local indicado pela Coordenação de Segurança das Autoridades.

5.1.8 Na hipótese de a licitante vencedora disponibilizar um veículo de capacidade e/ou valor de diária superior ao que foi solicitado, é facultado ao Coordenador de Transporte da missão aceitar ou não a substituição do veículo e, neste caso, será pago o valor de diária correspondente ao veículo que fora solicitado.

5.1.9 A contratada deverá **possuir uma Central de Atendimento e um telefone móvel 24 horas** para atender exclusivamente à Polícia Federal.

5.1.10 Caso haja cancelamento da solicitação de veículos e não seja feita a comunicação à empresa contratada com pelo menos 4 horas de antecedência da apresentação na capital do Estado ou região metropolitana, e de 6 horas nos municípios distantes da capital do Estado e fora da Região Metropolitana, será devido à mesma, a título de “no show”, valor que não poderá ultrapassar o limite máximo de 70% do valor da diária de 10 horas. Quando a comunicação for efetuada tempestivamente nos prazos acima mencionados, a contratante estará isenta de qualquer ônus. Cabe esclarecer que esse pagamento é necessário em virtude dos custos decorrentes da mobilização dos recursos por parte da CONTRATADA. Como o planejamento das locações baseia-se na agenda das autoridades, está passível de ser alterada de última hora.

5.1.11 Será de responsabilidade da contratada:

a) Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, lavagem automotiva, seguros, taxas e impostos;

c) dispor de veículos em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, conforme legislações de trânsito e ambiental;

d) apresentar veículos limpos e em total condição de trafegabilidade; e

e) apresentar veículos automotores blindados de acordo com as normas técnicas, limites de ruídos e emissão de poluentes, preferencialmente utilizando combustíveis renováveis.

5.1.12 A contratada deverá enviar à PF, em até **2 (dois) dias úteis**, a notificação de infração de trânsito, a contar do recebimento da notificação pelo órgão de trânsito responsável pela autuação.

5.1.13 Outras informações relevantes constam do Estudo Técnico Preliminar.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos locais previamente designados pela contratante, de acordo com agenda da autoridade protegida, em cidades (capitais e interior) de cada Região do país. As informações referentes aos locais da missão serão disponibilizadas com pelo menos 4 horas de antecedência para capitais e regiões metropolitanas e com pelo menos 6 horas para cidades do interior.

5.3. A contratada deverá possuir Central de Atendimento e um telefone móvel 24 horas para atender exclusivamente à Polícia Federal. A contratada deverá estar disponível para atendimento dentro e fora do horário comercial. Nesse tipo de atividade a imprevisibilidade é muito comum, por exemplo, quando no caso do falecimento de uma personalidade, o Presidente da República decide, de última hora, decide comparecer ao velório do falecido na cidade do sepultamento. Portanto, a empresa deverá ter a capacidade de providenciar os veículos em um tempo relativamente curto.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Recebimento da solicitação da Polícia Federal dos veículos necessários para o cumprimento da missão, obedecendo a antecedência mínima prevista neste Termo de Referência;

5.4.2. Deslocamento dos veículos até os locais predeterminados, dentro do horário máximo previsto;

5.4.3 Recebimento e conferência dos veículos pelo servidor responsável da Polícia Federal;

5.4.4 Devolução dos veículos locados, após a conclusão da missão, nos locais e horários estabelecidos.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Trata-se de quantitativos meramente estimativos, visto que seguem as necessidades das agendas das autoridades protegidas;

5.5.2. A licitação foi dividida em 4 (quatro) itens, abrangendo as Regiões Nordeste, Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste.

5.5.3 A contratada deverá possuir uma Central de Atendimento e um telefone móvel 24 horas para atender exclusivamente à Polícia Federal;

5.5.4 Os veículos devem possuir, no máximo, 5 (cinco) anos de fabricação ou até 100.000 quilômetros rodados. Neste caso, será observado o que ocorrer primeiro, exceto para os veículos do tipo Van e Micro-ônibus;

5.5.5 A empresa poderá sublocar todos os tipos de veículos constantes na Tabela anexa ao Termo de Referência;

5.5.6 Serão objeto de ressarcimento as despesas com combustível, taxas de pedágio, infrações de trânsito, transporte por balsa, etc.

5.5.7 A empresa deverá disponibilizar, no prazo de até 4 (quatro) horas, para capital ou região metropolitana e 6 (seis) horas municípios distantes.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Estrutura Operacional da Empresa

5.8 A estrutura operacional da empresa deverá oferecer condições de pronto atendimento na execução dos serviços, disponibilizando os veículos nos horários, datas e locais pré-estabelecidos pelo Coordenador de Transporte da Polícia Federal, nas quantidades solicitadas, independentemente do local de onde tenha que trazê-los ou para o local onde tenha que leva-los dentro da Região contratada.

5.9 A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, declaração de que tem condições de disponibilizar, no prazo de até 04 (quatro) horas, os veículos da tabela anexa, no caso de evento realizado na capital do Estado ou região metropolitana, nos locais indicados pela Contratante. Apresentar também, juntamente com a proposta, declaração de que tem condições de disponibilizar, no prazo de até 06 (seis) horas, os veículos da tabela anexa, no caso de evento realizado em municípios distantes da capital do Estado e fora da região metropolitana nos locais indicados pela Contratante. Poderá ser apresentada declaração única de condições para atender aos prazos estabelecidos para as capitais e cidades do interior.

5.10 A empresa poderá subcontratar empresas locais ou próximas aos locais do evento para atender às necessidades da Administração, se responsabilizando integralmente pela prestação dos serviços, inclusive sujeitando-se às penalidades previstas no instrumento contratual.

5.11 Por ocasião da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar comprovação de propriedade mínima de veículos, conforme as especificações dos veículos que constam em anexo ao Termo de Referência, nos quantitativos mínimos abaixo relacionados. A propriedade deverá ser mantida enquanto perdurar o contrato.

ITEM	CATEGORIA	QUANTIDADE DE VEÍCULOS
1	Executivo	5
2	Sedan	5

5.12 As quantidades exigidas baseiam-se na quantidade mínima de veículos de um comboio presidencial e não são restritivas à competitividade, visto que se trata de categorias de veículos facilmente encontradas em quaisquer empresas de locação, exigindo apenas uma estrutura mínima da empresa em um contrato complexo, estratégico e com abrangência nacional. Nesse sentido, durante o procedimento licitatório, a Administração realizará diligências para avaliar:

- a) **Estrutura Administrativa:** Avaliação da capacidade administrativa da empresa, incluindo recursos humanos dedicados à gestão do contrato, suporte ao cliente e resolução de problemas. As empresas que não tiverem quantidade mínima de funcionários compatível com a capacidade declarada, poderão ser desclassificadas.
- b) **Infraestrutura Operacional:** Verificação da disponibilidade de instalações físicas adequadas, como escritórios, garagens, e centros de manutenção, para suportar as operações de locação, bem como rede de parceiros em outros Estados da Federação.
- c) **Capacidade financeira:** Análise da saúde financeira da empresa, garantindo que ela tenha capacidade para honrar os compromissos financeiros do contrato, como pagamento de salários, manutenção da frota e pagamento de impostos.
- d) **Experiência no Setor:** Verificação do histórico da empresa no setor de locação de veículos, incluindo experiência prévia em contratos semelhantes e referências de clientes satisfeitos. Por se trata de um contrato complexo e de abrangência regional, é imprescindível que a empresa comprove as qualificações necessárias.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6 A contratada deverá ter um preposto formalmente designado antes do início da prestação dos serviços. Deverá ainda, durante a execução contratual, indicar um representante constituído (preposto local) para o atendimento das missões de segurança de autoridades nas capitais ou no interior de cada Estado, que deverá atuar de forma exclusiva junto ao servidor da Polícia Federal incumbido da função de Coordenador de Transporte Terrestre no local da missão. Ou seja, para cada local (capital ou interior) a empresa contratada indicará um representante local para dar suporte ao servidor da Polícia Federal encarregado da coordenação de transporte, passando para a Administração os dados de contato para possíveis intercorrências ou problemas envolvendo a locação dos veículos.

6.7 A exigência desse representante visa facilitar a comunicação com os responsáveis diretos, afastando a utilização de intermediários, o que agiliza a resolução de eventuais problemas. Ressalta-se que esse preposto não precisa ter vínculo de trabalho permanente com a empresa, mas precisa ter habilidade de comunicação e de resolução de problemas envolvendo a locação, por exemplo: providenciar trocas de veículos com problemas diversos, entregar os veículos locados nos locais previamente acordados, etc.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.18.1. Verificar se os veículos atendem às especificações técnicas da licitação: Isso inclui características como modelo, capacidade, tipo de blindagem, equipamentos de segurança, entre outros detalhes especificados no contrato.

6.18.2 Avaliar as condições gerais dos veículos: O fiscal deve inspecionar periodicamente os veículos locados para garantir que estejam em bom estado de conservação, limpeza e funcionamento adequado.

6.18.3 Verificar a trafegabilidade e segurança dos veículos: Certificar-se de que os veículos estão em conformidade com as normas de segurança exigidas e que possuem todos os itens necessários para garantir a segurança dos ocupantes.

6.18.4 Monitorar o cumprimento dos prazos de entrega: Garantir que os veículos sejam entregues dentro dos prazos estabelecidos no contrato, evitando atrasos que possam prejudicar as operações de segurança.

6.18.5 Acompanhar a disponibilidade dos veículos: Verificar se a contratada está mantendo uma frota disponível e pronta para atender às demandas emergenciais de segurança, conforme acordado no contrato.

6.18.6 Avaliar a eficiência do canal de atendimento da empresa: Verificar se a contratada possui um canal de atendimento eficiente para lidar com solicitações, reclamações ou problemas relacionados aos veículos locados.

6.18.7 Verificar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos: Certificar-se de que a contratada está realizando a manutenção adequada dos veículos, tanto preventiva quanto corretiva, para garantir sua operacionalidade e segurança.

6.18.8 Acompanhar o registro e a documentação dos veículos: Garantir que todos os veículos locados estejam devidamente registrados e licenciados, com toda a documentação em ordem, conforme exigido por lei.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **Anexo II**.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. *Compatibilidade dos veículos locados com os especificados;*

7.3.2. *Prazo de apresentação dos veículos demandados;*

7.3.3. *Condições gerais de trafegabilidade, segurança e conforto;*

7.3.4. *Substituição rápida dos veículos com problemas; e*

7.3.5. *Disponibilidade da Central de Atendimento.*

7.4. O pagamento devido à CONTRATADA será o estritamente executado, considerando os custos previstos na Planilha de Custo e Formação de Preços enviada juntamente com a proposta de preços. O pagamento só será devido após a conferência da fiscalização contratual no tocante aos serviços efetivamente prestados no mês de competência.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelo fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. *O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

7.28. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de **empreitada por preço unitário**. A escolha desse regime de execução deve-se a imprevisibilidade da demanda. A despeito do quantitativo ter sido definido com base em parâmetros objetivos e previsões baseadas em eventos anteriores, trata-se de demanda meramente estimativa, visto que não é possível precisar com exatidão as quantidades de veículos necessários e o local para cada missão. No caso da segurança do Presidente e Primeira-Dama e Ministros de Estado, por exemplo, a quantidade de veículos e de seguranças dependerá do local e da situação atual de rejeição/aprovação ou da existência de ameaças àquelas autoridades, de acordo com a classificação do nível de segurança atribuído pelo Setor de Inteligência da Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP/PF). Já para os eventos internacionais realizados no Brasil, por exemplo, não há como precisar o número de autoridades nacionais e estrangeiras que participarão desses eventos, visto que além daquelas autoridades previamente previstas, é comum a extensão de convites a outras autoridades/personalidades não integrantes daquele grupo. Sendo assim, geralmente, a demanda exata só é informada à Polícia Federal com pouco tempo de antecedência da missão /evento, exigindo uma mobilização rápida dos recursos necessários para o cumprimento dessas missões.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.20.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.20.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.20.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.20.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.21. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.23. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.24. *Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.*

8.24.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.24.1.1. *A prestação de serviços de locação ou sublocação de veículos com ou sem motoristas. Será exigido ainda, devido ser a parcela de maior relevância do objeto a ser contratado, a comprovação da prestação de serviços referentes às categorias e quantitativos dos veículos da tabela abaixo. Ressalta-se que essa exigência diz respeito às categorias de veículos mais demandadas, representando apenas 1% (um) por cento da quantidade total estimada para a região com a menor demanda. Frisa-se que não é necessário que a empresa comprove a propriedade desses veículos, apenas a comprovação da prestação de serviços referentes a essas categorias.*

ITEM	CATEGORIA	QUANTIDADE DE VEÍCULOS
1	Camioneta Blindada 4x4 (SUV)	Mínimo de 13
2	Executivo	Mínimo de 18

8.24.2. A apresentação dos atestados justifica-se pela necessidade de comprovação de capacidade mínima da empresa a ser contratada, tendo em vista a diversidade e as características dos veículos a serem locados. Ressalta-se que se trata de um serviço complexo e que abará toda uma região, o que demanda expertise e capacidade por parte da Contratada. Ademais, a não execução ou má prestação do serviço poderá comprometer a segurança direta das autoridades envolvidas, visto que muitas delas possuem ameaças de morte e precisam dos recursos necessários para garantia de sua integridade física e do cumprimento de suas atribuições funcionais.

8.24.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.24.4 *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.24.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.24.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.24.5 Além da apresentação dos atestados supracitados, a empresa deverá comprovar também experiência mínima de 2 (dois) anos de atuação no mercado de locação de veículos. A exigência de 2 (dois) anos de experiência é vital para garantir a eficiência e segurança dos serviços. Dada a natureza estratégica desses serviços, é crucial que a empresa contratada demonstre um histórico sólido de fornecimento de veículos confiáveis e adequados. Essa exigência reduz o risco de contratação de empresas pouco qualificadas e garante a continuidade e qualidade do serviço prestado à Polícia Federal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 40.799.967,69

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 40.799.967,69 (quarenta milhões, setecentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na *Planilha de Custo e Formação de Preços anexa*.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 Por se tratar de uma licitação dentro do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 11.462/2023, a dotação orçamentária será posteriormente indicada no Instrumento Contratual.

11. Do Sistema de Registro de Preços

11.1 Conforme o Decreto 11.462/2023, o Sistema de Registro de Preços (SRP) pode ser adotado pela Administração Pública em determinadas circunstâncias, especialmente nos casos em que as características do objeto demandam contratações permanentes ou frequentes (Inciso I) e quando, pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração (Inciso V).

11.1.1 Contratações Permanentes ou Frequentes (Inciso I): A demanda por serviços de locação de veículos para segurança de autoridades, tais como o Presidente da República, Ministros de Estado, Deputados, Senadores e outras autoridades, é contínua e recorrente. A natureza das atividades dessas autoridades implica em deslocamentos constantes por todo o território nacional, exigindo apoio logístico de segurança em cada uma dessas ocasiões. Por exemplo, as

viagens programadas e não programadas para diversas regiões do país requerem a presença de veículos especializados para garantir a integridade dessas autoridades. A frequência dessas demandas torna impraticável a contratação pontual de serviços, justificando a adoção do SRP para garantir a disponibilidade contínua dos veículos necessários.

11.1.2 Impossibilidade de Definir Previamente o Quantitativo Demandado (Inciso V): Devido à dinâmica das agendas das autoridades protegidas e à natureza imprevisível das ameaças à sua segurança, não é viável estabelecer com precisão o quantitativo de veículos necessários para atender às demandas futuras. Além das viagens planejadas, há também situações emergenciais que exigem o deslocamento imediato das autoridades, aumentando a variabilidade na demanda por veículos blindados, por exemplo. Ademais, o aumento do rol de autoridades protegidas amplia ainda mais a incerteza quanto ao quantitativo necessário, uma vez que esse número está sujeito a alterações decorrentes de novas ameaças ou necessidades de segurança. Portanto, a natureza imprevisível e variável da demanda justifica a utilização do SRP para garantir a flexibilidade na contratação dos serviços de locação de veículos.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Contratação viável.

FILIPE MELO DE QUEIROZ

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/10/2024 às 14:14:16.

Despacho: Aprovo o Termo de Referência.

ANDRE LUSTOSA AVILA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/10/2024 às 14:13:34.